



DO DESEMPREGO AO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA: uma alternativa de sustento diante da escassez de trabalho no setor formal brasileiro*

Jean Silveira dos Santos¹
José Henrique Rodrigues Stacciarini²

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender a realidade do trabalho por conta própria diante do contexto de desemprego estrutural no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, bem como busca entender como esse tipo de labor se insere no espaço urbano das grandes cidades, utilizando o exemplo do comércio informal de alimentos nas ruas. Por sua vez, a justificativa do trabalho tem a ver com problemática do desemprego no Brasil, no qual obriga milhões de brasileiros a buscarem alguma atividade por conta própria como alternativa de sobrevivência. Para tanto, o texto se estrutura no método qualitativo, leva em consideração diferentes análises interpretativas de autores e autoras da Geografia e demais pesquisadores do mundo do trabalho de outras áreas do saber.

Palavras-chave: trabalho por conta própria, desemprego, precarização, informalidade, trabalho.

Abstract

The objective of this article is to understand the reality of self-employment in the context of structural unemployment in Brazil, especially in the last ten years, as well as seeking to understand how this type of work is inserted in the urban space of large cities, using the example of informal street food trade. In turn, the justification for the work has to do with the problem of unemployment in Brazil, which forces millions of Brazilians to seek some activity on their own as an alternative for survival. Therefore, the text is structured in the qualitative method, taking into account different interpretative analyzes of authors and authors of Geography and other researchers in the world of work from other areas of knowledge.

Key-words: self-employment, unemployment, precariousness, informality, work.

Introdução

O desemprego é um mal que aflige, todos os anos, milhões de brasileiros. Se por um lado a sua vigência constitui-se como uma forma de controle da vida social, sob a égide da generalização da pobreza, do desalento e da perda do sentido ontológico desempenhado pelo

*Este artigo é resultado de reflexões da Dissertação de Mestrado apresentada pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão.

¹ Professor na rede privada de Catalão – GO e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. jeansilveirsantos@hotmail.com

² Professor Doutor no Programa de Graduação e Pós-Graduação na Universidade Federal de Catalão. jhrstacciarini@hotmail.com



trabalho, por outro, serve como uma prerrogativa para a classe dominante enriquecer cada dia mais por meio da precarização e exploração dos empregados.

Para tentar driblar essa problemática, muitos, ou até mesmo a maioria desses excluídos, buscam uma alternativa no chamado trabalho por conta própria, atividade esta que compõe o setor informal (CACCIAMALI, 2000). Nesse viés, o indivíduo explora a sua força de trabalho com prestações de serviços ou em pequenos comércios, seja através do trabalho desenvolvido em família ou individualizado, tendo por objetivo o seu sustento e de seus familiares.

Importa ressaltar que esses trabalhos são perceptíveis no espaço urbano, sendo, portanto, possível identificar e analisar a situação dos sujeitos inseridos nessa situação laboral. Neste artigo, o exemplo dos trabalhadores que comercializam alimentos nas ruas é levado em consideração, uma vez que tal subemprego encontra-se em crescimento no território brasileiro, sobretudo nas grandes cidades (CLEPS, 2005).

Entre a precariedade e tentativa de subsistência, investigar o trabalho por conta própria toma importância ao passo que são milhões de pessoas que recorrem a esse tipo de labor para driblar casos de pobreza extrema. Além disso, o imperativo dessa forma de buscar a subsistência apresenta uma função espacial, tornando-se, sobretudo, expressões territoriais do trabalho (HECK, 2013). Isso recoloca no cerne da discussão, a centralidade do trabalho na contemporaneidade pelo aspecto da informalidade.

Nessa linha de pensamento, a justificativa do presente artigo tem a ver com a problemática do desemprego no Brasil, especialmente nos últimos anos, que obriga os sujeitos a buscarem em algum trabalho por conta própria uma maneira de sobrevivência socioeconômica. No entanto, é preciso dizer que na maioria dos casos, eles se inserem de forma muito precária nessa realidade.

O objetivo geral do trabalho consiste em compreender os elementos múltiplos que compõem o trabalho por conta própria diante do contexto do desemprego estrutural no Brasil na última década, bem como objetiva-se entender de que forma ele se insere no espaço urbano das grandes cidades. Já os objetivos específicos são: a) Levantar informações, dados e diversas evidências sobre o desemprego e o trabalho por conta própria no Brasil, sobretudo, nos últimos dez anos, e b) Dialogar com referências da Geografia e demais autores do mundo do trabalho de outras áreas do saber que debruçam sobre os assuntos aqui discutidos.

A pesquisa se estrutura no método qualitativo com uma abordagem de revisão de literatura e análise de dados secundários. Desse modo, intenciona-se expor uma gama de



informações, bibliografias, pesquisas e evidências sobre o trabalho por conta própria como resultado do desemprego estrutural.

Trabalho por conta própria: um refúgio para os trabalhadores brasileiros desempregados

Diante de um contexto de precarização generalizada do mercado de trabalho brasileiro é plausível considerar o trabalho por conta própria como sendo uma atividade responsável para suprir o déficit de vagas de emprego no chamado setor formal. No entanto, faz-se uma menção ao desemprego no Brasil que se tornou um fenômeno em expansão, no qual é utilizado como método de controle da vida social da classe explorada.

Avaliando este panorama, expõe-se, na tabela 1, a proporção do desemprego no Brasil entre 2012 e 2020, a fim de relacioná-lo, posteriormente, com a necessidade do trabalho por conta própria como uma alternativa de renda.

Tabela 1: Taxa de desemprego no Brasil em porcentagem (2012-2020).

<i>Ano</i>	<i>1º tri</i>	<i>2º tri</i>	<i>3º tri</i>	<i>4º tri</i>
2012	7,9	7,5	7,1	6,9
2013	8,0	7,4	6,9	6,2
2014	7,2	6,8	6,8	6,5
2015	7,9	8,3	8,9	9,0
2016	10,9	11,3	11,8	12,0
2017	13,7	13,0	12,4	11,8
2018	13,1	12,4	11,9	11,6
2019	12,7	12,0	11,8	11,0
2020	12,2	13,3	14,4	13,9

Fonte: IBGE. 2020; IBGE/PNAD-Covid. 2020.

Org.: SANTOS, Jean Silveira dos. 2020.

As informações da tabela 1 retratam uma situação preocupante. Primeiramente, observa-se que entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2016, no Governo Dilma, o menor índice de desempregados ocorreu no terceiro trimestre de 2013, foram 6,2%. Por sua vez, o maior índice nesse período de administração petista foi apresentado no segundo trimestre de 2016, ano em que a ex-Presidente da República sofreu o *impeachment*: este número é correspondido por 11,3%.

Durante o Governo Temer esses números cresceram de forma ininterrupta nos três trimestres subsequentes ao Governo Dilma: as porcentagens foram 11,8%, 12,0% e 13,1%, respectivamente. Depois houve uma leve retração nos três últimos trimestres de 2018, correspondidos de maneira sequencial por 12,4%, 11,9% e 11,6%.



Seguindo esse quadro, no Governo Bolsonaro os dados sobre o desemprego aumentaram logo no primeiro trimestre de 2019, onde é possível observar a expressiva marca de 12,7% de desempregados. Essa tendência se estendeu no ano de 2020, com destaque para o segundo, terceiro e quarto trimestres, no qual os índices chegaram a 13,3%, 14,4% e 13,9%, respectivamente.

O desmonte jurídico do trabalho no Brasil expôs uma desestruturação histórica do mercado de trabalho, sendo a Reforma Trabalhista realizada no Governo Temer, talvez, o ponto alto desta precariedade, tendo continuidade no Governo Bolsonaro. Posto assim, graças ao desemprego maciço “as novas formas de ocupação têm absorvido grande parte da população excluída do mercado formal, por meio de diversas estratégias de sobrevivência” (SANTOS, 2008a, p. 156).

Como assinala Pochmann (2019), esse quantitativo vem na contramão da atuação brasileira no cenário global, onde o desemprego no país estava em uma curva descendente. Para se ter uma ideia, a participação relativa do Brasil em relação ao desemprego no mundo, em 2009, correspondia a cerca de 4,9%; no entanto, em 2019 essa porcentagem chegou a 7,2%, onde destaca-se o aumento de trabalho precário e subocupação³.

Mészáros (2006, p. 27, grifos do autor) já advertia sobre essa problemática, dizendo que “a questão não é *se* o desemprego ou o ‘trabalho temporário flexível’ vai ameaçar os trabalhadores empregados, mas *quando* estes, forçosamente, vão vivenciar a precarização”. Consequência disso, múltiplas formas de subemprego, como o trabalho por conta própria (tabela 2), passaram a ocupar as possibilidades de rendimentos de milhões de pessoas.

Tabela 2: Trabalhadores por conta própria no Brasil: média anual
(valor absoluto em mil pessoas)

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade em mil pessoas	20.449	20.897	21.305	22.246	22.523	22.683	23.340	24.141	25.500

Fonte: IBGE/PNAD-Contínua. 2020; NITAHARA, Akemi. 2020

Org.: SANTOS, Jean Silveira dos. 2020.

A progressão do número de trabalhadores por conta própria no Brasil, começando pelo ano de 2012 até 2020, tem a ver com a necessidade de preencher a lacuna do desemprego estrutural. Por sua vez, 2020 é um ano incomum em virtude da Pandemia da COVID-19, no

³ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2019/11/desemprego-subocupacao-precarizacao-bolsonaro/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

qual inúmeras pessoas arriscaram a própria vida pela necessidade de renda, aumentando ainda mais esse cenário de vilipêndio.

Isso posto, as camadas mais pobres estão em uma situação mais delicada, especialmente pela estrutural desigualdade social no Brasil que tem se agravado após a reestruturação produtiva do capitalismo (THOMAZ JUNIOR, 2002); mas é preciso reconhecer que até trabalhadores mais ou menos estáveis precisaram, também, recorrer a uma atividade por conta própria. Na visão de Mészáros (2011, p. 69), isso atingiu “*todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade*”.

Assim, é seguro acrescentar que o imperativo do trabalho por conta própria no Brasil está associado ao “nítido crescimento das relações de trabalho mais desregulamentadas e distantes da legislação trabalhista, no qual uma massa de trabalhadores [...] passa da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada” (ANTUNES, 2006, p. 24).

Para Pochmann (2006) o movimento de desestruturação do mercado de trabalho é um dos grandes motivos para se buscar sustento em atividades consideradas atípicas. Esse desmonte é precedido pelo desemprego em quase todos os segmentos sociais; à regressão dos postos de trabalho formais e à destruição dos empregos de “melhor qualidade”.

Nesta envergadura, de acordo com as características sociais, políticas e econômicas que resultam no surgimento dos mais variados tipos de trabalhos por conta própria, não é surpresa que ele tem se ampliado. Todavia, a sua vigência tem se apresentado por condições e remunerações extremamente precárias e desumanas (POCHMANN, 2006).

Importa lembrar que a procura do trabalho por conta própria tem a ver, também, com o incremento da técnica e da tecnologia no espaço industrial, pois este fato aumentou, por conseguinte, a exigência de qualificação operacional para atender objetivos de qualidade e produtividade do pensamento capitalista moderno (SERAFIM GOMES, 2011).

Santos (1995) recorda que a história do homem é a história de uma crescente intencional dos objetos. No limiar da consciência humana diante das suas necessidades, os indivíduos, primeiro, criaram objetos que eram prolongamentos do seu corpo e fizeram isso pela necessidade de se impor frente à natureza. Já no mundo atual, a sociedade capitalista pensa em novos objetos para substituir e degradar o meio natural.

Nessa lógica burguesa, a eliminação de postos de trabalho braçais tem por princípio a utilização de máquinas, isto é, aparatos técnicos sofisticados. Simultaneamente, essa tendência penaliza muitos sujeitos que desempenhavam atividades simples; assim, passam a

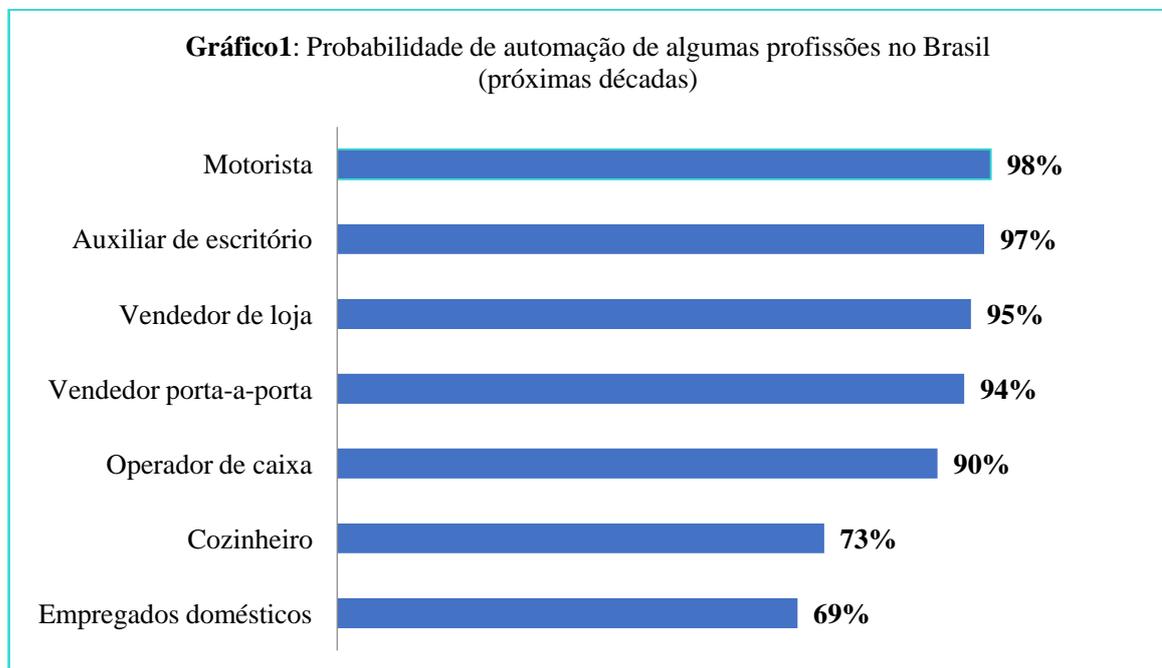


ser considerados descartáveis pela ótica da produção industrial, uma vez que a tecnologia tende a regredir a operação humana.

Se os indivíduos que em outro momento possuíam um pouco mais de garantias de permanência em seus empregos em razão das operações mais simples, agora passam a não encontrar lugar de produtividade nas empresas, restando como refúgio o setor da informalidade, onde se encontra o trabalho por conta própria.

Faz-se menção ao processo de acumulação como parte dessa intencionalidade do uso da técnica e da tecnologia, mas também associando a um conjunto de ações da reprodução sociometabólica do capital, no qual a classe dominante utiliza “múltiplas formas de organização e controle do processo de produção e trabalho (BARRETO; THOMAZ JUNIOR, 2018, p. 78).

Seguindo nesse assunto, um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard (EUA) expõe uma possível queda dos postos de trabalhos no Brasil, por obra do processo de automação (gráfico 1). Estima-se que 44,5 milhões de profissionais, tanto do setor formal quanto informal, desempenham atividades que apresentam mais de 70% de chances de serem automatizadas nas próximas décadas (NETO; SALGADO, 2019).



Fonte: ABREU, João; KLINOVA, Kalyta, 2019 *apud* NETO, João Sorima; SALGADO, Eduardo, 2019.

Org.: SANTOS, Jean Silveira dos. 2020.

As informações do gráfico1 atestam que importantes postos de trabalhos no Brasil encontram-se comprometidos conforme o avanço tecnológico. Essas profissões estão em



diversas e relevantes vertentes sociais, tais como o motorista de caminhão o qual desempenha serviços essenciais no carregamento de alimentos, medicamentos, diferentes insumos e mercadorias pelo principal modal de transporte do país, o rodoviário.

Ainda sobre os dados do gráfico 1, nota-se que as profissões ligadas ao setor de serviço e comércio podem sofrer uma redução significativa. Esse é o caso do auxiliar de escritório, vendedor de loja, operador de caixa e cozinheiro que são ocupações ligadas, em tese, às pessoas mais simples, especialmente pelo fato de não haver uma necessidade explícita de qualificação formal.

Têm-se duas profissões mais associadas à economia informal, que são os vendedores de porta a porta e os empregados domésticos. Tais profissões entram no escopo das atividades por conta própria, como os vendedores de mercadorias importadas, alimentos, artesanatos, cosméticos, perfumaria, etc. O trabalho doméstico, por sua vez, é uma ocupação no qual tem por característica uma carga-horária extensa, incerta e com baixas remunerações, onde os sujeitos vivem em uma situação de subalternidade e a sua precarização deve ser entendida na escala do lar e da corporeidade (LOPES, 2008; CORREIA, 2010).

Em vista do impacto da automação e as suas implicações no território brasileiro, vários trabalhadores tem se submetido a diferentes formas de trabalho por conta própria. Não obstante, essa realidade tem contribuído para o aumento do empobrecimento da população em detrimento da ausência de diversas garantias trabalhistas (FIGUEIREDO, 2010).

Para Cruz e Mendonça (2020), a realidade do desemprego estrutural tem produzido novas formas de resistência, ao passo que o capital necessita cada vez menos de trabalho estável, é daí, portanto, que a informalidade e o subemprego afloram. Ainda segundo os autores:

Uma vez fora do mercado formal de trabalho, o grupo de desempregados busca formas de manutenção das condições mínimas para a reprodução da vida, sendo a informalidade e o subemprego algumas das opções. Tais atividades surgem como consequência da ação dos agentes do Estado alinhados com as políticas neoliberais (CRUZ; MENDONÇA, 2020, p. 153).

Seguindo esse raciocínio, Chomsky (2002, p. 3) argumenta que a imposição neoliberal “consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais”.

Outro problema referente ao discurso burguês liberal é a insinuação de que esses trabalhadores por conta própria são livres das amarras capitalistas. Todavia, sabe-se que essa

jogada objetiva desviar o foco das obrigações do Estado, estabelecendo que estes sujeitos sejam desprendidos da exploração capitalista, inclusive que são empreendedores.

Longe de uma visão burguesa, esse subemprego se ornamenta por um conjunto de princípios que constituem uma situação social e economicamente desfavorável. A meritocracia aludida por aqueles que defendem o neoliberalismo é algo impensável em tal contexto, até porque a procura dessas atividades é compreendida, *a priori*, pelo enfrentamento do desemprego.

É dessa e de outras formas que o neoliberalismo implica uma destruição nas relações estruturais da força de trabalho, assim como nas “relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais” (HARVEY, 2007, p. 3).

Os desafios são diversos e muito complexos neste universo da informalidade e do subemprego que é caracterizado pela escassez (SANTOS, 2008b). Assim, ao considerar este fato ligado ao desemprego estrutural, o que se percebe são condições incertas de existência como um fator que implica precarizações em múltiplas dimensões.

Trabalho por conta própria e a ocupação do espaço urbano:

venda de alimentos nas ruas

É interessante observar a dinâmica do trabalho por conta própria pelo viés da ocupação do espaço urbano. Para Cleps (2009), conhecer as estratégias desses comerciantes ou prestadores de serviços tornou-se imperativo para avaliar alguns impactos no meio urbano, bem como permitiu aos consumidores criar uma dimensão com bases do ritmo da mercadoria.

Os trabalhadores por conta própria se organizam de acordo com as características do urbano, ocupando praças, feiras, camelódromo, etc. Para Cunha (2009, p. 84), estes sujeitos buscam suas próprias soluções diante da realidade do desemprego, onde a saída, em muitas vezes, se dá na apropriação dos espaços públicos da cidade; contudo, esta apropriação “altera usos esperados com um contra-uso que é estabelecido por disputas/tensões/resistências pelo direito ao trabalho”.

Além da ocupação desses *locus*, são criados espaços bolhas que fazem parte da estratégia comercial de cada trabalhador. Portanto, os sujeitos estabelecem as suas relações sociais e territoriais nesses pontos fixos, mas também é preciso entender que tais locais retratam o processo de segregação dentro da lógica da reprodução do urbano (CLEPS, 2009).



Por conseguinte, esses espaços “transformam o urbano e modificam as configurações das cidades. Toda a mudança causada pela instalação do comércio ambulante, sobretudo nas vias de maior movimentação ou de aglomeração populacional, constitui novos espaços de consumo, novas possibilidades de vendas (CLEPS, 2009, p. 334).

Além desse tipo de ocupação, usam-se também as calçadas públicas e apropriam-se de lugares estratégicos, tais como porta de escolas, universidades, empresas, dentre outros. Tudo isso é pensado em prol de melhores negócios para a maior obtenção de renda possível. Assim, pode-se dizer que há uma competitividade entre os trabalhadores por conta própria.

Um exemplo elucidativo corresponde à venda alimentos nas ruas. Para Roncancio et al. (2005, p. 18) esse comércio que ocupa ruas e calçadas das grandes cidades brasileiras já faz “parte do cotidiano de compra na área urbana, especialmente para as classes trabalhadoras dos setores populares e médios, devido a sua conveniência em termos de acesso e rapidez”.

Os consumidores optam por esses comércios de rua pelo custo da mercadoria e para economizar o tempo do trajeto de ir e vir do trabalho para a residência. Na dinâmica das metrópoles, existe o requerimento e o mercado para tal atividade, sobretudo pela diversidade sócioespacial e populacional da cidade grande (foto 1).

Foto 1: Comércio de alimentos nas calçadas de São Paulo.



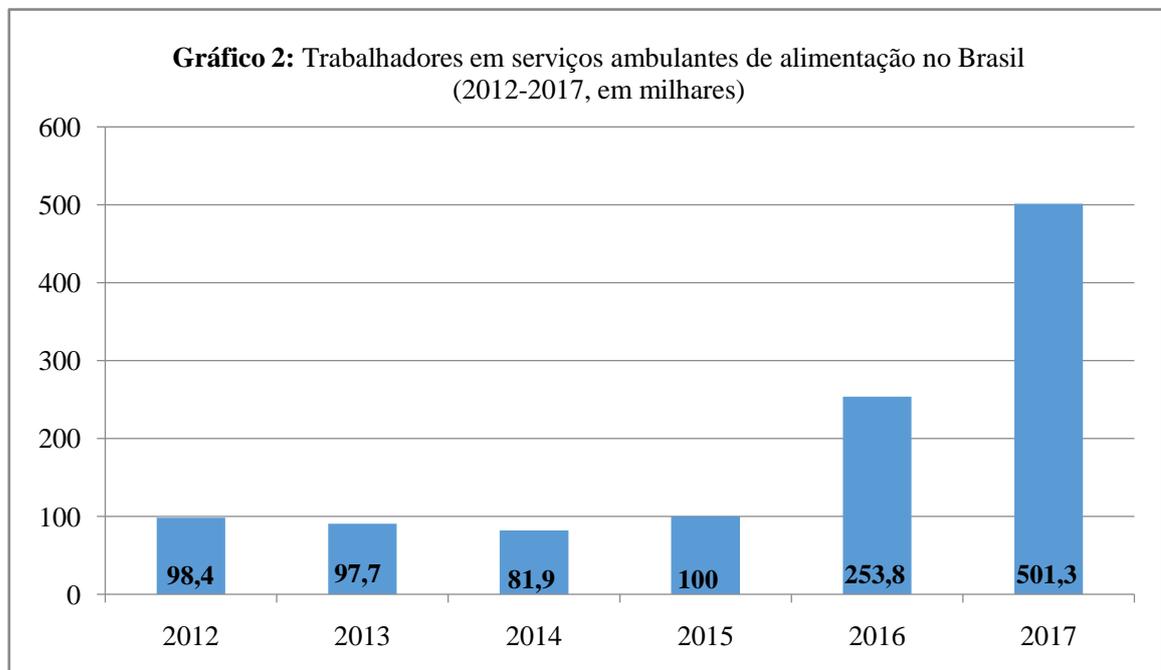
Fonte: VERPA, Danilo. 2018.



A foto 1 exemplifica uma maneira de se realizar o comércio de alimentos nas ruas. Observa-se pela simplicidade da estrutura das bancadas que não foi necessário um grande investimento, bem como se percebe que não há sofisticação aparente e nem mercadorias suficientes para almejar uma alta renda, mas nota-se também uma relativa sofisticação e subordinação ao mercado financeiro, tendo em vista a disponibilidade de pagamentos por meio do serviço de créditos institucionais.

Sobressai-se, igualmente, a improvisação nessas atividades. Basta notar uma nova função destinada ao carrinho de mão de construção civil. Essa forma de reaproveitamento surge como uma mitigação de gastos fundamental para subsistência dos trabalhadores. Druck e Oliveira (2008, p. 5-6) ressaltam que essa é a “expressão máxima do trabalho flexível, cuja única chance de estabilidade para o trabalhador é a sua própria ‘empregabilidade’, ou seja, a sua capacidade renovada de inventar e ‘se virar’”.

Em virtude dessas características, a venda de alimentos nas ruas vem se tornando muito requisitada pelos indivíduos em situação de desemprego. Cunha (2018), em matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, constatou que mais de meio milhão de brasileiros estava desempenhando essas atividades em 2017 (gráfico 2).



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 2018 *apud* IBGE, 2018.

Org.: SANTOS, Jean Silveira dos. 2020.

A partir das informações do gráfico 2, nota-se uma retração do ano 2013 para o ano de 2014 da quantidade de trabalhadores que comercializam alimentos nas ruas, sendo essa queda

representada por 15,8 mil pessoas. Em 2015 iniciou-se um crescimento dessa condição de trabalho, sendo os números mais expressivos nos anos de 2016 e 2017, com 253,8 e 501,3 mil pessoas, respectivamente.

Para Cunha (2018), alguns comerciantes relatam um relativo benefício nessa atividade, especificamente tratando-se da sua flexibilidade, uma vez que comercializar comida leva a uma vantagem em comparação a vendas de outros produtos. A saber, caso os alimentos não sejam vendidos durante o expediente, eles podem ser revertidos ao consumo próprio; quer dizer, na pior das hipóteses, permite-se considerar que não há desperdícios.

Entretanto, é preciso colocar em destaque a imprevisibilidade dos rendimentos nessa variante de trabalho, mesmo porque os sujeitos ficam reféns do consumo alheio para obter renda. Além do mais, a maioria desses indivíduos enfrenta extensas jornadas de trabalho; não conseguem pagar a previdência social e estão em situação de risco o tempo todo, por estarem nas ruas (GALEAZZI, 1994).

Refletir sobre essas questões possibilita reconhecer uma situação degradante, ao entender que essas atividades, em seus múltiplos métodos, apresentam-se em um estado precário. Os aspectos citados neste artigo, ainda que de forma muito breve, assemelham-se mais a uma perspectiva de resistência dos trabalhadores do que a uma lógica de liberdade.

Considerações finais

A pluralidade e a extensão do tema aqui discutido revelam apenas uma certeza: a necessidade de mais pesquisas no âmbito da Geografia, em vista de analisar os diversos códigos, expressões, arranjos e rearranjos espaciais que se apresentam para serem decifrados (THOMAZ JUNIOR, 2002) conforme a diversidade de casos de trabalhadores e trabalhadoras por conta própria no Brasil.

Foi possível notar que o desemprego estrutural motiva o surgimento de diferentes tipos de subempregos, estes que vão sendo moldados para atender a necessidade de sobrevivência dos sujeitos excluídos. Sendo assim, o panorama do desemprego no Brasil nas últimas décadas, com destaque para a Reforma Trabalhista de 2017, contribuiu decisivamente para a expansão da informalidade e do trabalho por conta própria. Esse procedimento da classe dominante objetiva a flexibilização total das relações trabalhistas.

Sobre a ocupação do espaço urbano pelos trabalhadores de rua alguns pressupostos são levados em conta, tais como: a) a carência de produtos em certas localidades constata a necessidade de bens de consumo, sendo essa questão fundamental para a inserção dos

trabalhadores por conta própria no circuito produtivo das cidades; b) o característico baixo custo de alguns comércios informais, como a venda de comida nas ruas, permite que milhões de trabalhadores recorram ao trabalho por conta própria como condição de sobrevivência; c) a utilização dos espaços públicos tornou-se um notório refúgio para desempregados no Brasil.

Todos esses motivos instigam uma discussão sobre vulnerabilidade do trabalho e dos trabalhadores por conta própria no Brasil. Debate este que já está em pauta pelo fato da Pandemia da COVID-19 ter desnudado ainda mais o vilipêndio desses subempregos e da negligência do Estado brasileiro. Assim, longe de ser um assunto que se esgota, novos questionamentos surgirão junto com múltiplas ações de geógrafos comprometidos com justiça social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo Luís C. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo Luís C.(Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARRETO, Maria Joseli; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Os desafios tecnológicos do agrohidronegócio canavieiro nas regiões administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto. In: PERPETUA, Guilherme Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio (Orgs.). *A Geografia e o trabalho no século XXI: commodities, conflitos territoriais e degradação do trabalho no Brasil*. Presidente Prudente: Entelha, 2018.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, (14): 153-174, jun., 2000.
- CLEPS, Geisa Daise G. *Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG)*. 319f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2005.
- CLEPS, Geisa Daise G. Comércio informal e a produção do espaço em Uberlândia (MG). *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21 (3): 327-339, dez., 2009.
- CORREIA, Silvia. *Empregadas domésticas e relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente- SP*. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Bertrand Brasil: São Paulo, 2002.
- CRUZ, Renatha Cândida; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Os sujeitos do trabalho e a expropriação de direitos constitucionais no século XXI. *Pegada*, v. 21, n. 2, mai/ago, 2020.
- CUNHA, Aurineida Maria. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 77-85 jan./jun. 2009.

CUNHA, Joana. Meio milhão de brasileiros vendem comida na rua. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 7. jan. 2018. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>. Acesso em: 14 mai. 2020.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. *Revista VeraCidade* – ano 3 - nº 3 – mai., 2008.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. Conjecturas sobre o desemprego a partir do desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea. *Revista bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales*. Vol. XV, n. 878, 30 de junio de 2010.

GALEAZZI, Irene Maria Sassi. O trabalhador por conta própria na RMPA. *Revista Portal Fundação de Economia e Estatística*, v.22, n. 2, Porto Alegre, 1994.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. *INTERFACEHS*, v.2, n.4, Tradução, ago, 2007.

HECK, Fernando Mendonça. *Degradação do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)*. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2013.

IBGE. *PNAD-COVID*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 05. nov. 2019.

IBGE. *Retrospectiva 2012-2019 (populações e taxas) médias dos 4 trimestres de cada ano*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Arquivo em Excel). Acesso em: 05. nov. 2019.

LOPES, Renata Batista. *De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de Trabalhadoras Domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia*. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo Luís C. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo et al, 2.ed. ver. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETO, João Sorima; SALGADO, Eduardo. Automação ameaça metade dos empregos no país: saiba as profissões que podem ser afetadas pela tecnologia. *Jornal O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/automacao-ameaca-metade-dos-empregos-no-pais-saiba-as-profissoes-que-podem-ser-afetadas-pela-tecnologia-23886095>. Acesso em: 19 abr. 2020.

NITAHARA, Akemi. Informalidade cai, mas atinge 38 milhões de trabalhadores. In: *Agência Brasil*. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/informalidade-cai-mas-atinge-38-milhoes-de-trabalhadores>. Acesso em: 28.09.2021.

POCHMANN, Marcio. Desemprego no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo Luís Coltro (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, Marcio. Desemprego, subocupação e precarização: os impactos da volta do neoliberalismo sobre o trabalho. In: Blog na rede: *Rede Brasil Atual*. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2019/11/desemprego-subocupacao-precarizacao-bolsonaro/>. Acesso em: 17. abr. 2020.

RONCANCIO, Jhon Jairo B.; QUICAZÁN, Camila Andrea N.; CÁRDENAS, Alexandra Paiva. Iniciativas, ações e políticas sobre as vendas de alimentos na via pública. *Cad. Saúde Colet.* Rio de Janeiro, v. 23, n. 1: 17-24, 2015.

SANTOS, Milton. *Da Paisagem ao Espaço*. Palestra realizada na FAU-USP, 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFT05U>. Acesso em: 05 ago. 2021

_____. *Por uma outra globalização*. 15 Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008a

SANTOS, Geórgia Patrícia G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho brasileiro no Brasil pós-1990. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago., 2008b.

SERAFIM GOMES, Maria Terezinha. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *RAEGA (O espaço geográfico em análise)*, 2011, p.51-77

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. *Pegada*, n. especial, v.3, 2002.

VERPA, Danilo. www1.folha.uol.com.br. *Jornal Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>. Acesso em: 14 mai. 2020. il. color.